

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.625 - DF (2019/0266867-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : PAULO ROBERTO DE SOUZA DUTRA
ADVOGADO : FERNANDO CARNEIRO BRASIL - DF029425
RECORRIDO : DARCY TEREZINHA DE JESUS
ADVOGADO : WANESSA LIMA DOS SANTOS ANDREJANINI - DF025765
RECORRIDO : OSCAR FRANCISCO DE JESUS
AGRAVANTE : OSCAR FRANCISCO DE JESUS
ADVOGADO : JOÃO PIRES DOS SANTOS - DF015399
AGRAVADO : DARCY TEREZINHA DE JESUS
ADVOGADO : WANESSA LIMA DOS SANTOS ANDREJANINI - DF025765
AGRAVADO : PAULO ROBERTO DE SOUZA DUTRA
ADVOGADO : FERNANDO CARNEIRO BRASIL - DF029425

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OSCAR FRANCISCO DE JESUS contra decisão que negou seguimento a recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 218-219):

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. COAÇÃO. OUTORGA PROCURAÇÃO. SIMULAÇÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA. GARANTIA DE EMPRÉSTIMO. AGIOTAGEM.

AUSÊNCIA DE PROVA. HONORÁRIOS. VALOR DA CAUSA. MONTANTE EXCESSIVO. CRITÉRIO EQUITATIVO DO §8º DO ARTIGO 85 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015.

1. Não há que se falar em cerceamento de defesa se a parte autora não postulou a produção de novas provas quando determinado pelo magistrado. Ainda que assim não fosse, a cassação da sentença somente se justificara no caso de a parte recorrente esclarecer como a atividade probatória pretendida pode infirmar os fundamentos da sentença combatida, sob pena de violação do princípio da duração razoável do processo, previsto não apenas na Constituição Federal, como também no Código Processo Civil (art. 5º, LXXVIII, CF e art. 4, CPC).

2. A atuação do NUPMETAS está devidamente respaldada na Portaria Conjunta nº 33/2013, e a sua finalidade é dar maior celeridade à prestação jurisdicional, sendo certo que a atuação de magistrado pertencente a este núcleo não é menos atenciosa do que a

de outro magistrado, não havendo qualquer nulidade na sentença tão somente porque ter sido proferida por magistrado pertencente a este núcleo.

3. O reconhecimento da coação para assinatura de procuração, deve ser precedido de prova robusta de que houve um fundado temor de dano à pessoa, familiares ou bens, bem como se estabelecer uma relação de causalidade entre a ameaça e o ato. À míngua de demonstração de vício de vontade, prevalecem as cláusulas contratuais.

4. É inviável acolher alegação de nulidade do negócio jurídico por ocorrência de simulação de compra e venda de imóvel, na hipótese em que há recibos de pagamento sobre a transação de compra e venda nos termos do que previsto no pacto, além de não existir qualquer comprovante a respeito do negócio que se pretendeu simular, sendo certo que cabe a parte autora a produção de prova em seu favor. Regra de distribuição do ônus da prova, estabelecida pelo art. 373 do CPC.

5. A confissão por um dos réus, filho da parte autora, sobre a ocorrência de simulação de negócio jurídico, destoando das demais provas do processo não é suficiente para declarar a nulidade da compra e venda, sobretudo quando levada em consideração a regra constante no art. 391 do Código de Processo Civil, na qual prevê que a confissão judicial não pode prejudicar o outro litisconsorte.

6. A jurisprudência desta Corte vem admitindo a aplicação do critério da equidade, para melhor dimensionar o valor dos honorários sucumbenciais, nas hipóteses em que o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor da causa, previsto no § 2º do artigo 85 do CPC/2015, resulte em montante desproporcional à complexidade do feito.

7. Recursos conhecidos e não providos.

Opostos embargos de declaração, esses não foram providos (e-STJ, fls. 235-241).

Nas razões de recurso especial, aponta o ora agravante violação dos arts. 7º, 371 e 489, § 1º, IV e § 3º, do Código de Processo Civil de 2015; 5º, II e LV, da Constituição Federal; 932, III, do Código Civil de 2002; 1º, 3º e 14 do Código de Defesa do Consumidor, além de divergência jurisprudencial.

Contrarrazões apresentadas às fls. 286-287 (e-STJ), pelo não conhecimento do recurso especial, ante a sua deserção, uma vez que o recorrente não

Superior Tribunal de Justiça

litiga sobre o pálio da gratuidade de justiça e não recolheu as custas devidas do recurso especial apresentado.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 296-297 (e-STJ).

Contraminuta às fls. 325-326 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Verifica-se que o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao Superior Tribunal de Justiça e o respectivo comprovante de pagamento.

Note-se que a despeito de a parte ora agravante asseverar que "litiga sob o pálio da Justiça gratuita" (e-STJ, fl. 313), a mera alegação na petição do agravo em recurso especial de que é beneficiária da assistência judiciária não é suficiente para o afastamento da deserção, ou seja, deve haver a comprovação dessa condição, o que não ocorreu no presente caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO ANTE A DESERÇÃO DO RECURSO ESPECIAL.

INSURGÊNCIA DA PARTE AGRAVANTE.

1. É necessário consignar que o recurso especial subjacente ao presente agravo interno atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 2/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."

2. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a mera alegação, na petição recursal, de que a parte é beneficiária da assistência judiciária gratuita não é suficiente para o afastamento da deserção, sendo ônus do recorrente a comprovação do efetivo deferimento do benefício, o que não ocorreu na hipótese.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.160.301/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22.5.2018, DJe 30.5.2018)

Consta ainda dos autos que, detectada a ausência do comprovante de

Superior Tribunal de Justiça

recolhimento do preparo pelo ora agravante, foi determinada a sua intimação para que providenciasse e comprovasse o respectivo pagamento, porém a determinação legal não foi atendida (e-STJ, fls. 291-293), deixando de recolher em dobro o valor do preparo, nos termos do art. 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015.

Incide, portanto, na espécie, o disposto na Súmula n. 187 do STJ.

Em face do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor das partes recorridas, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora